

## RESENHA

# Sociologia política e interdisciplinaridade

*Paulo J. Krischke\**

Sell, Carlos. *Introdução à Sociologia Política: Sociedade e Política na Segunda Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2006, 216 p.

Este livro do Prof. Carlos Eduardo Sell é uma excelente introdução didática ao estudo da Sociologia Política. O livro manifesta a orientação criativa adotada pelo autor, a partir de sua formação no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e de seu estágio de pesquisa doutoral na Universidade de Paris. Devemos sempre reconhecer com alegria quando nossos colegas não apenas desenvolvem aquilo que aprendemos juntos, mas ainda superam e realizam objetivos que não chegamos a atingir. O presente livro convida a repensar o estatuto da interdisciplinaridade que tem norteado a nossa atividade de pesquisa e docência, e que geralmente interpretamos em termos muito próximos aos sustentados aqui. É certo, porém, que nunca chegamos na Sociologia Política da UFSC, pelo menos enquanto este resenhista estava vinculado àquele programa, a uma definição unificada do que seria a sociologia política – seja nos termos rigorosos e originais propostos por Carlos Sell, seja através de outras definições disciplinares – como por

---

\* Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de York, Canadá; Professor do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, e Pesquisador Sênior do CNPq.

<i>Civitas</i>	Porto Alegre	v. 7	n. 2	jul.-dez. 2007	p. 152-159
----------------	--------------	------	------	----------------	------------

exemplo as que a consideram apenas como uma sub-classificação dentro da disciplina sociológica (Reis, 2002). Mas sempre a consideramos, sim, e tal como indica também o trabalho de Carlos, enquanto resultante necessário da interação substantiva entre as definições e estudos que fazemos da sociedade e da política brasileira – interação que norteia nossos trabalhos em apoio à democracia.

Toda essa vasta interconexão de abordagens e resultados de pesquisa se esclarece no conteúdo deste livro. O simples enunciado dos capítulos e amplo temário que o livro apresenta, já permite apreender numa organização coerente as várias correntes que estudam os processos de democratização no país. Iniciando pelo tratamento filosófico e científico da política, o primeiro capítulo discorre sobre as abordagens teóricas da ciência política (escolha racional, desenvolvimento político, cultura política e neo-institucionalismo), convergindo afinal nos estudos da sociologia política, acerca do que o autor denomina de “primeira e segunda modernidades”. O capítulo II apresenta as ideologias nascentes na primeira modernidade (liberalismo, socialismo e social-democracia) e sua crise na segunda modernidade. O próximo capítulo trata dos diferentes modelos de democracia, e das teorias que competem na sua definição. O capítulo IV discorre sobre as teorias marxista e weberiana do Estado, e sua aplicação tanto à primeira modernidade (Estado nacional) como à segunda (Estado pós-nacional), confrontadas à trajetória do Estado brasileiro. Os últimos capítulos (V e VI) consideram respectivamente os partidos políticos e os movimentos sociais, suas teorias e sua história, culminando na “política de vida” – na feliz formulação de Anthony Giddens.

Esta sintética enunciação do formato do livro mostra a ousadia do autor, ao propor uma visão abrangente capaz de incluir tão ampla diversidade de contribuições. A complexidade e inter-relacionamento dos vários temas tratados pelas diversas correntes de pesquisa conduz este livro a uma proposta inovadora acerca do próprio significado e finalidade da sociologia política: o estudo interdisciplinar da política e da sociedade brasileira, nas suas contribuições à construção da democracia no país. Essa visão de conjunto foi laboriosamente construída por Carlos Sell, no contexto de sua formação acadêmica. Pois foi também nesse contexto que nos propusemos, desde o início daquele programa de pós-graduação na UFSC, a considerar de modo fecundo e interdisciplinar, as diferentes contribuições teórico-analíticas que tanto a sociologia como a ciência política podem oferecer à realização da democracia.

No exercício da interdisciplinaridade, a busca do que denomino “interfaces temáticas” (Krischke, 1997) pode ser considerada uma referência pessoal para comentar este livro. Esclareço ainda que esta é apenas minha própria versão da interdisciplinaridade, que não pretende ser nem superior nem generalizada, entre várias outras possíveis. Essa busca interdisciplinar se tem imposto e desenvolvido ao redor de alguns temas e pesquisas, portanto limito-me a apresentar a seguir apenas as suas linhas gerais, debatidas anteriormente (Krischke, 2002). Nessa busca, por exemplo, constatei que é possível encarar as diferenças epistemológicas entre duas ou mais abordagens e/ou disciplinas, de uma forma, digamos, “leve” – buscando as interfaces que apresentam ao redor de alguns temas centrais, sem que se postule necessariamente uma comparação mais forte, de conteúdo filosófico-normativo. Pois quando consideramos as várias orientações teóricas de fundo, percebemos que muitas delas são freqüentemente incompatíveis, já que inclusive se apresentam como teoricamente excludentes (o que de fato podem ser, como veremos adiante).

No entanto, quando essas orientações divergentes são tomadas de forma “leve”, considerando apenas as suas contribuições específicas aos temas tratados (inclusive os matizes epistemológicos que apresentam), percebemos que elas iluminam aspectos complementares da realidade, além de ajudar também a compreensão das limitações internas de cada abordagem teórica. Essa proposta tem orientado não apenas estudos interdisciplinares que envolvem a sociologia e a ciência política, mas também as suas interfaces com a psicologia política, a filosofia política, a história e os estudos ambientais – no contexto em que tenho trabalhado nos últimos anos, junto ao Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

Isso tem acontecido também nos estudos específicos sobre aspectos e características centrais da democratização, onde cabe reconhecer a importância, e também criticar a ênfase muitas vezes unilateral dos estudos denominados institucionalistas no âmbito da ciência política (que consideram a mudança democrática apenas das chamadas “regras do jogo” ou procedimentos do regime político). Por certo, é impossível negar a importância dessas contribuições para interpretar os processos de democratização, mas isso leva também a pensar que às vezes temos casos de causação múltipla, em situações onde há interferências várias, que tornam difícil, e muitas vezes controversa, a tarefa de estabelecer quais são as causas principais e as melhores interpretações de um

dados fenômeno. A visão institucional da democratização é uma das abordagens tratadas neste livro de Carlos Sell onde o autor também refere à influência da “escolha racional” e suas relações com o institucionalismo político. Estas duas correntes têm muitos pontos em comum, e têm realmente convergido de modo predominante nas análises da democratização no âmbito da ciência política, na América Latina como em outras regiões (Munck, 1996).

Esta predominância é justificada, inclusive porque corresponde à análise dos fatos históricos principais da transição à democracia – análise que tratou de esclarecer os processos de criação das novas regras e procedimentos democráticos de seleção, negociação, autorização e acatamento entre as elites, que convergiram na constitucionalização do país. E houve momentos em que a ênfase institucionalista desses estudos soube conviver com outras contribuições fecundas. Por exemplo, o livro organizado por Fábio Wanderley Reis, juntamente com Guillermo O’Donnell, sobre os problemas da democratização no Brasil, (O’Donnell e Reis, 1988) trouxe contribuições importantes para mostrar então os limites da democratização brasileira, muitos dos quais até hoje persistem entre nós – entre eles, a pesada herança das instituições e práticas culturais conservadoras e clientelistas, e o legado oligárquico de corrupção e antagonismo antidemocrático. Mas também há no livro de O’Donnell/Reis outras contribuições, da antropologia, economia, etc. – onde as várias dimensões e dilemas da herança autoritária foram tratados. Aquele livro teve então o mérito de sublinhar as tarefas pendentes, à espera de realização no processo de democratização, numa época em que a constitucionalização do país apenas se iniciava.

O ponto, contudo, que quero salientar aqui, é que esse diagnóstico inicial raramente tem sido acompanhado de novos estudos trans- ou interdisciplinares, que enfatizem a multicausalidade inerente aos processos de democratização. Para dar um exemplo dessa deficiência, lembro do próprio O’Donnell, em artigo de 1990 (O’Donnell, 1990) onde argumentava que a tendência à democratização em alguns países como o Brasil e a Argentina, seria a uma democracia “delegativa” – o que significava uma incapacidade para realizar as mudanças institucionais (falta de “*accountability*”, de equilíbrio entre os poderes, etc.) no contexto de um presidencialismo plebiscitário. Independente do acerto circunstancial que possa haver nesse diagnóstico (por exemplo, no caso da sua aplicação à campanha presidencial de 2006, as alegações atuais de “regressão ao populismo” no Brasil, etc.), o fato é que o eleitorado era visto por O’Donnell naquele artigo como ator passivo, sujeito a manipulação

plebiscitária pela pretensão de onipotência presidencial. No caso, não se parecia perceber a importância de uma cultura política em mudança, ou seja, a ênfase institucionalista não habilitava à consideração de mudanças da cultura política, e de uma nascente democratização pluralista na orientação dos próprios eleitores.<sup>1</sup>

Esse viés restritivo tende a ser superado quando se assume a interdisciplinaridade em termos “leves”, como no caso das interfaces temáticas entre o institucionalismo e os estudos culturais sobre os movimentos sociais, que tratei em outra oportunidade (Krischke, 2000). Este caso é especialmente apropriado, porque essas duas abordagens se opõem e criticam mutuamente, de modo rigoroso e excludente. Contudo, elas consideram certas questões centrais da democratização, como o clientelismo, a conceituação normativa da democracia, os atores sociopolíticos principais, o nível e unidade de análise –, entre outros temas comuns, que estas abordagens tratam diferentemente. De fato, ambas abordagens criticam-se mutuamente, porque adotam definições divergentes acerca da própria democracia, embora apresentem contribuições relevantes, em certa medida complementares, sobre os temas comuns da democratização.

No caso do clientelismo, por exemplo, os estudos culturais enfatizam a sua vigência no plano do cotidiano, na vida social, de parentesco, compadrio, vizinhança, trabalho, etc. Trata-se de uma manifestação difusa da cultura “do favor”, da desigualdade e da subordinação, tão fortemente enraizada na tradição brasileira das relações sociais hierárquicas, pretensamente “cordiais”. As relações sociais modernas, com base na demanda por igualdade da cidadania, e por justiça no reconhecimento e respeito dos direitos à diferença (dos pobres, dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, dos indígenas, das crianças, dos idosos, das minorias étnicas, culturais etc.) têm pouco a pouco se difundido no país, através de greves, conflitos, campanhas, negociações, e mudanças na legislação que estabelecem sanções penais aos delitos e preconceitos contrários à justiça. Essas sanções são indispensáveis à existência e fortalecimento do regime democrático – pelo exercício da cidadania, a correção da injustiça e da iniquidade –, e o rigor da lei deve ser implacável na garantia desses direitos, como enfatizam corretamente os institucionalistas (O’Donnell, 1996).

---

<sup>1</sup> Sobre o uso de interfaces temáticas nos estudos da mudança na cultura política e nas interpretações da cidadania ver Krischke, 2005.

Mas isso também requer que as pessoas e grupos subordinados que têm sido desrespeitados, e os demais cidadãos que os apóiam, levantem a sua voz e as suas demandas por uma nova “política cultural” democrática (Alvarez, Dagnino, Escobar, 2000). Neste sentido, tais estudos culturais sobre os movimentos sociais, especificam historicamente os traços particularistas e anti-democráticos informais, enfrentados pelos conflitos sobre a participação e o sentido da ação e dos discursos democratizantes, colaborando assim para a mudança social e a expansão da democracia, a partir de suas raízes no cotidiano. O livro de Carlos Sell incorpora esta e outras interpretações dos movimentos sociais, e de suas contribuições à construção e expansão da democracia.

Assim, as abordagens institucionais e culturais ao estudo da democratização revelam um paralelismo aparentemente inconciliável entre duas das mais importantes linhas de pesquisa que têm orientado os estudos sobre o tema na América Latina. Este paralelismo se deve ao desacordo dessas abordagens acerca do significado e dos limites da democracia. Os institucionalistas adotam uma definição minimalista do espaço público, centrada nas instituições de governo, enquanto os estudos culturais ocupam-se com a expansão da democracia além das fronteiras do Estado. As análises do regime focalizam a ação das elites, consideradas separadamente, enquanto os estudos culturais concentram interesse nos “cidadãos coletivos” como unidade de análise. Os institucionalistas consideram os partidos e o governo como seus atores relevantes, enquanto os estudos culturais elegem como tal os setores sociais subordinados. A perspectiva temporal dos primeiros é o ciclo de desinstitucionalização/reinstitucionalização do regime, enquanto a dos segundos é a expansão participativa em aberto. O regime político, para os primeiros, é o conjunto de regras e comportamentos governamentais, enquanto os últimos privilegiam o confronto entre as ações culturais dos movimentos e as instituições dominantes, da perspectiva dos setores subordinados; e assim por diante.

Ao enfatizar as contribuições de ambas abordagens ao estudo da democratização, não se trata, portanto, de defender nenhum tipo de relativismo teórico. Embora não possamos desenvolver aqui esta afirmação (ver Krischke, 2000; 2003, 2005) sugerimos que suas discrepâncias se relacionam principalmente ao embasamento teórico de cada uma delas, e às limitações que estes fundamentos encaminham, na seleção de seus métodos e objetivos de análise. Daí se deriva apenas a sugestão inicial de que tais limitações impe-

dem cada abordagem de incorporar à análise exatamente aqueles aspectos do tema que a outra privilegia. E que, portanto, ambas lançam luz sobre dimensões complementares da realidade. Isto, contudo, não significa que se deva desconsiderar as fundamentais divergências teóricas e práticas em que se apoiam ambas as correntes: como elas mesmas se encarregam de explicitar em suas críticas recíprocas, o que está em questão são projetos concorrentes para a democracia, cuja conciliação não se vislumbra – e que talvez seja mesmo impossível, ou desnecessário, reconciliar no contexto liberal democrático.<sup>2</sup>

A introdução à sociologia política apresentada neste livro do Prof. Carlos Sell, avança de forma sintética e abrangente na caracterização sistemática dessa área de estudos. As várias correntes de pesquisa que nele se comentam têm contribuído, e devem contribuir muito mais ainda, ao fortalecimento da democracia em nosso país – uma conquista da civilização ainda muito recente e incompleta entre nós. Isso desafia os leitores, estudiosos, e praticantes da democracia no Brasil – todos os cidadãos enfim – a continuar contribuindo ao aprofundamento teórico e prático do conhecimento e da vigência dos processos de democratização, tanto na esfera do governo como na vida cotidiana.

Florianópolis, 10 de agosto, 2006.

## Referências

ÁLVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

GIDDENS, A. *Runaway World: How Globalization is Reshaping our Lives*. New York: Routledge, 2000.

KRISCHKE, P. *Cultura Política e Escolha Racional: Interfaces nos Estudos da Democratização*, BIB. *Revista de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 43: 103-126. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1997.

\_\_\_\_\_. *Regime ou Cultura nos Estudos da Democratização*, Lua Nova. *Revista de Cultura e Política*, 50: 113-132. São Paulo: CEDEC, 2000.

---

<sup>2</sup> Conforme o argumento de John Rawls (2000), a vigência da liberal-democracia é sustentada por uma “interface consensual” (*overlapping consensus*) entre diferentes doutrinas e ideologias existentes na sociedade – que mesmo divergindo em outras questões de fundo, coincidem no seu apoio a esse regime.

- . *Interdisciplinaridade e Interfaces Temáticas, Política e Sociedade*, 1:57-64. Florianópolis: UFSC, 2002.
- . *Aprendendo a Democracia na América Latina. Atores Sociais e Mudança Cultural*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2003.
- . *A Cultura Política Pública em Porto Alegre e Curitiba: Democracia, Modernização e o Conteúdo da Razão Pública, Sociedade e Estado*, 20(1): 39-71. Brasília: UNB, 2005.
- MUNCK, G. *Disaggregating Political Regime: Conceptual Issues in the Study of Democratization, Kellogg Institute Working Papers*, 228. Indiana: Universidade Notre Dame, 1996.
- O'DONNELL, G. *Democracia Delegativa?*, *Novos Estudos CEBRAP*, 31: 24-40. São Paulo: CEBRAP, 1990.
- . *Uma Outra Institucionalização: América Latina e Alhures, Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, 37: 5-31. São Paulo: CEDEC, 1996.
- RAWLS, J. *O Liberalismo Político*, São Paulo: Ática, 2000.
- REIS, F. Wanderley, e O'DONNELL, G. *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*, São Paulo: Vértice, 1988.
- . *Sociologia Política, Ciência Política e Escolha Racional, Política e Sociedade*, 1: 37-55. Florianópolis: UFSC, 2002.